

## mercado

# Equipe de Guedes avalia cenário de calamidade para estender auxílio

Medida, que foi adotada em 2020, permitiria ampliar gastos emergenciais sem ajuste fiscal

**Bernardo Caram**

**BRASÍLIA** A equipe econômica passou a reconhecer nos bastidores a possibilidade de decretação de estado de calamidade pública neste ano caso a pandemia do coronavírus siga em situação crítica nos próximos meses, com elevado número de mortes e medidas restritivas nas cidades.

A medida foi adotada em 2020 e viabilizou a liberação de gastos emergenciais do governo, que superou R\$ 600 bilhões. Neste ano, porém, o Orçamento voltou a ser limitado, com autorização para gastos extraordinários pontuais.

Membros do Ministério da Economia chegaram a avaliar no início do ano que o repique da crise sanitária teria sido causado pelas celebrações de fim de ano e logo seria dissipado. Agora, afirmam que essa visão mudou diante da disparada do número de mortes, com vacinação lenta e novas variantes do vírus trazendo ainda mais incerteza ao cenário.

Um auxiliar do ministro Paulo Guedes (Economia) afirma, reservadamente, que as ações implementadas estão aquém da necessidade atual

do país. Isso porque o governo decidiu travar a expansão de gastos, focando um auxílio emergencial mais enxuto e despesas para a aquisição de vacinas.

A decretação da calamidade em 2021 pode ser necessária, por exemplo, se o governo precisar renovar o auxílio emergencial por um período maior do que quatro meses, o que faria o custo da assistência superar o limite previsto hoje, de R\$ 44 bilhões.

Em um ponto de preocupação para a equipe econômica, eventual pedido de calamidade neste ano não acionaria novas medidas de corte de gastos para compensação. Praticamente todos os gatilhos de ajuste fiscal previstos na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, promulgada pelo Congresso, já estão ativados, com validade até o fim deste ano.

O cenário-base do Ministério da Economia prevê o pagamento da assistência por quatro meses, enquanto a vacinação contra a Covid-19 avança e viabiliza a retomada da economia. Com isso, até o meio do ano, quando há previsão de encerramento dos repasses do auxílio, não seriam ne-

cessárias mais medidas emergenciais e o Orçamento retornaria à normalidade.

No entanto, até o momento, o país passa por um processo lento de vacinação e vê um número cada vez maior de cidades estabelecendo medidas de distanciamento social na tentativa de frear a pandemia, que avança em ritmo acelerado. O panorama também cria incertezas sobre a retomada da atividade econômica.

Na última semana, Guedes pediu velocidade à vacinação e indicou não estar satisfeito com o ritmo do programa de imunização brasileiro. "Cinco por cento da população já foi vacinada, é muito pouco ainda, temos que melhorar muito, trabalhar muito", disse.

No novo cenário, membros do Ministério da Economia afirmam que, em caso de clara necessidade nos próximos meses, com a pandemia em situação crítica, será necessário decretar estado de calamidade. Com a medida, o governo ficaria autorizado a ampliar gastos sem ferir regras fiscais.

Para que haja a decretação, a iniciativa deve partir do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O pedido do man-

datário precisa ser aprovado pelos deputados e senadores.

A MP (medida provisória) que instituiu o auxílio emergencial define que o período de quatro meses do programa poderá ser prorrogado por ato do governo, sem a necessidade de nova avaliação do Congresso.

No entanto, não há espaço no Orçamento para que essa ampliação seja feita. Ao aprovarem a PEC Emergencial, os parlamentares definiram que o teto para o auxílio em 2021, sem comprometer regras fiscais, será de R\$ 44 bilhões. Na MP que instituiu a nova rodada, o governo já liberou R\$ 43 bilhões, praticamente esgotando o valor previsto para o ano.

Em uma possibilidade mais remota, seria possível fazer uma renovação residual da assistência ainda dentro dos R\$ 44 bilhões caso o gasto com as quatro parcelas seja menor do que o estimado atualmente. No ano passado, por exemplo, o governo autorizou R\$ 322 bilhões para o pagamento do auxílio, mas a despesa total no encerramento do ano foi bem menor, de R\$ 293 bilhões.

A PEC Emergencial criou um



### Estado de calamidade

#### O que é

É solicitado pelo presidente e aprovado pelo Congresso em momentos de crises agudas ou desastres que comprometam a ação do governo. Permite que a União amplie gastos emergenciais

#### Como foi em 2020

Com a chegada da pandemia, foi decretada a calamidade, associada ao Orçamento de Guerra. As medidas destravaram despesas para combater a crise sanitária. Entre as ações que foram implementadas, estão o auxílio emergencial, programas de crédito e um benefício a trabalhadores com contratos suspensos e jornadas e salários cortados

#### Como pode ser em 2021

Com a aprovação da PEC Emergencial, o governo agora dispõe de um protocolo de crise caso a calamidade seja acionada. Nesse caso, são afrouxadas regras de gastos e de contratação de pessoal, bens e serviços. A medida entrou no radar da equipe econômica se a pandemia seguir em estado crítico. Ele seria necessária, por exemplo, para prorrogar o auxílio emergencial

#### Qual a compensação para os novos gastos

Se a calamidade for decretada neste ano, não serão acionados novos gatilhos de ajuste fiscal. Isso porque proposta aprovada no ano passado já ativou medidas de ajuste, como congelamento de salários e suspensão de concursos, até o fim de 2021

#### Quais as preocupações

Embora reconheçam que novo decreto de calamidade pode ser necessário, membros do Ministério da Economia temem que eventual excesso de gastos traga efeitos negativos, como elevação do endividamento e alta da inflação, dos juros e do desemprego

protocolo para crises, destruindo despesas emergenciais em momentos de calamidade ao mesmo tempo que aciona gatilhos de compensação.

Porém, esses ajustes já estão ativos. Ao negociar o socorro a estados e municípios no ano passado, o governo conseguiu aprovar medidas de compensação que ficarão acionadas até o fim deste ano. As ações de ajuste já em vigor são praticamente as mesmas previstas agora na PEC Emergencial em caso de calamidade.

Já estão proibidos, por exemplo, reajustes de servidores, criação de cargos, concursos, ampliação de auxílios, criação de despesa obrigatória continuada e ampliação de gasto com reestruturação de carreiras.

Os únicos gatilhos previstos na PEC e que não estão ativados no momento são os que suspendem a criação e a expansão de incentivos tributários e de linhas de financiamento subsidiadas.

Se o governo optasse por implementar novas medidas de ajuste em tentativa de compensar gastos extras, seria necessário negociar e aprovar outra proposta no Congresso, o que geraria resistência política.

Em videoconferência promovida pela XP Investimentos na sexta-feira (19), quando lhe foi perguntado sobre a possibilidade de decretação de calamidade caso seja necessário, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, limitou-se a dizer que o governo está focado na execução da nova rodada do auxílio emergencial e do programa de vacinação.

Segundo Funchal, é preciso aguardar a aprovação do Orçamento de 2021, que segue em análise no Congresso, para depois avaliar o espaço fiscal disponível para a implementação de programas que geram custo ao governo.

Entre as ações em compasso de espera, estão o programa de crédito a pequenas empresas e o benefício para complementar parcialmente o salário de trabalhadores com jornada e salário cortados ou contratos suspensos.

"É nessa linha que está sendo discutido, dentro na nossa limitação fiscal. Nosso espaço é extremamente limitado. O que tentamos fazer é dentro do Orçamento e dentro do teto [de gastos] para que não traga mais pressão fiscal", disse.

A fala do secretário do Tesouro reflete a preocupação da pasta com os efeitos que um eventual excesso de gastos poderia gerar, com ampliação do endividamento público, elevação a inflação e das taxas de juros, o que também teria impacto negativo sobre o emprego.



O ministro Paulo Guedes, que, no dia 11, dizia que a economia começava a decolar de novo Ueslei Marcelino - 8.dez.20/Reuters

## Avanço da Covid-19 é nova pancada na economia, diz Guedes

**Fábio Pupo**

**BRASÍLIA** O ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta segunda (22) que a atividade deve sofrer a partir de março o impacto do avanço da Covid-19 e das consequentes medidas de restrição de circulação.

"Os primeiros movimentos, [do começo] de março até meados de março, mantêm esse ritmo [de recuperação]. Mas evidentemente, daí para a frente, com o recrudescimento da pandemia e essa nova pancada na economia brasileira, devemos sofrer algum impacto já no mês de abril. Na segunda quinzena de março e, possivelmente, abril", disse Guedes ao comentar os números da arrecadação federal em fevereiro.

O ministro destacou que os meses anteriores vinham apresentando sinais de melhora na economia. Entre eles, o indicador IBC-Br do BC (Banco Central) avançando 1,04% em janeiro, o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) abrindo 260 mil

vagas formais de trabalho no mês e, nesta segunda, o patamar recorde da arrecadação federal no mês passado.

"A economia estava em plena recuperação após o impacto da primeira onda da Covid. Conseguimos, depois de muita perseverança, essa reativação econômica", afirmou.

As declarações mostram uma mudança na visão de Guedes sobre o comportamento da economia. No dia 11, já com notícias sobre novas medidas de restrição pelo país, ele afirmou que a economia estava "começando a decolar de novo".

Nesta segunda, Guedes disse que a pandemia afeta com mais força os mais vulneráveis. Por isso, defendeu a vacinação em massa.

"Vem agora essa segunda onda. De um lado, estamos renovando o auxílio emergencial. Mas, de outro lado, é absolutamente imperativo lançar essa camada de proteção sobre a população, particularmente os mais vulneráveis", disse. "Esses não podem ficar em

casas em isolamento social tendo sua sobrevivência garantida. Mesmo a gente agora fazendo o auxílio emergencial, são as famílias mais frágeis, tem às vezes oito, nove, dez pessoas em habitações muitas vezes com só um cômodo."

Segundo ele, há uma diferença de aceitação entre as classes mais altas e mais baixas do distanciamento social.

"E são pessoas que querem trabalhar, precisam trabalhar, pedem para trabalhar. Há uma assimetria de informação. Entre a classe média e alta, existe a percepção de que o distanciamento social é mais tolerável. Nas classes mais baixas, é o contrário, um desejo desesperado pelo trabalho", disse.

"Mesmo com a cobertura que vamos estender, mais do que nunca temos que evitar a crueldade do dilema que é ou o 'fica em casa' com dificuldades para manutenção da sua sobrevivência ou vão sair arriscados a perder a vida pela Covid", afirmou.

"Então a vacinação em massa tem que ser acelerada ao

máximo para garantir a chance de sobrevivência e o retorno seguro ao trabalho dos mais vulneráveis", disse.

"Temos a obrigação de vaciná-los nos próximos três ou quatro meses."

### Temos que mudar o discurso ambiental, afirma ministro

**SÃO PAULO** O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse no domingo (21) que é preciso mudar o discurso ambiental do Brasil para que o país possa ter relevância internacional. "Temos que mudar a linguagem ou vamos sofrer terrivelmente. O futuro é verde", afirmou, durante live do grupo Parlatório.

O encontro, que durou mais de três horas, teve a participação de cerca de 300 pessoas. O Parlatório é organizado pelo empresário do setor da construção civil Cláudio Carvalho. Guedes respondeu a pergun-

tas de participantes, como o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, o empresário Jorge Gerdau, Abilio Diniz e Elie Horn, o ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sérgio Moro e os também ex-ministros general Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo), Joaquim Levy (Fazenda) e Luiz Fernando Furlan (Indústria e Comércio).

Moro, ex-ministro de Bolsonaro, perguntou sobre as políticas de combate à corrupção e como isso, além do ambiental, poderia atrapalhar o Brasil a finalizar acordos comerciais como a entrada do país na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a aliança entre Mercosul e União Europeia.

"Sobre a agenda ambiental, claro que entramos com uma perspectiva interna de soberania e lá fora foi considerada um absurdo. Entramos com um tom que foi ruim para nós, e isso se somou à própria divulgação de quem perdeu as eleições e não está

sabendo se comportar. Dizem que a democracia está em risco. Quem vai ameaçar? Quem é que vai começar um ataque a democracia? Congresso, Senado, está tudo aberto. As Forças Armadas estão no quartel. A mídia é livre", afirmou Guedes.

Sobre corrupção, ele disse que, se houve excessos, é preciso corrigir. "Lamentei muito quando houve o desentendimento entre você [Moro] e o presidente. Entendo a perspectiva de cada um. Devem ter tido suas conversas, o presidente deve ter suas razões. Ele tem uma visão de que tem uma máquina pública contra ele, e que ele não pode ser perseguido pela máquina pública."

Guedes também citou o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta (Saúde) ao dizer que assumiu um compromisso para tentar ajudar o país a melhorar.

"Você [Moro] saiu e agora a Lava Jato está com risco de acabar. O Mandetta pode atribuir a piora da pandemia à saída dele. Cada um cuida da sua biografia ou cuida da vida de 200 milhões de brasileiros."